

## O ELOGIO DA TRANSVERSALIDADE

### EULOGY OF TRANSVERSALITY

Maria Lúcia M. Afonso<sup>1</sup>

Cristiano dos Santos Rodrigues<sup>2</sup>

Flávia Lemos Abade<sup>3</sup>

#### RESUMO

Refletindo sobre a relação entre cidadania e subjetividade e as formas de intervir nesta relação, os autores sustentam que ao lado do reconhecimento das diferenças, é também necessário superar as barreiras identitárias construídas por cada movimento de defesa de direitos, tais como os relacionados a gênero e etnia, para abrir o diálogo entre os grupos que afirmam suas diferenças, no sentido de melhor vir a esclarecer suas particularidades e transversalidades.

Os autores baseiam a discussão em dados de pesquisa-ação desenvolvida com grupos sociais diversos, envolvendo os conceitos de gênero e de etnia. Comparam a questão de gênero e a questão étnica para argumentar que o conceito de identidade deve ser utilizado sempre em articulação com os conceitos de alteridade e de transversalidade, buscando-se superar uma suposta dicotomia entre o reconhecimento da diferença e a universalidade de direitos. Advogam considerar nem identidades isoladas nem a pretensão de um universalismo que não considere as diferenças, mas a busca de uma transversalidade onde as trocas entre os grupos e movimentos sociais possam esclarecer a sua dialética entre identidade/alteridade e suas questões em comum no contexto sócio-histórico.

**Palavras-chaves:** Identidade, Transversalidade, Alteridade, Diferença, Movimentos sociais

---

<sup>1</sup> Psicóloga, Mestre e Doutora em Educação. Pesquisadora Visitante do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP) da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). Professora aposentada da UFMG. Presidente da RECIAM (Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros).

<sup>2</sup> Mestre no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFMG, área de concentração Psicologia Social. Professor de Psicologia Social da PUC Minas, Pesquisador do Núcleo de Psicologia Política da UFMG.

<sup>3</sup> Mestre em Psicologia, Área de Concentração Psicologia Social, UFMG. Professora substituta do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG e Mestre no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMG.

**ABSTRACT**

The authors reflect on the relationship between citizenship and subjectivity as well as the ways of working out this relationship. They argue that, side by side the recognition of differences, it is essential to go beyond the identity barriers each social movement constructs in the defense of its rights. Examples are those movements related to gender and ethnia. It is important to open the dialogue among these groups, in order to better understand its particularities and transversalities.

The discussion is based on data from action-research with different groups, involving the issues of gender and ethnia. The authors compare the question of gender and that of ethnia and maintain that the concept of identity shall be intertwined with those of alterity and transversality. This is aimed to surpass the alleged dichotomy between difference and universality. The authors propose not to consider isolated identities nor to accept a "universalism" that effaces differences. Instead, they propose to search for the transversality dimension through which groups and social movements could enlighten the dialectics between identity and alterity, as well as their common issues in the social-historical context.

**Key words:** Identity, Transversality, Alterity, Difference, Social movements

Convidados a participar de uma mesa onde se discutem as questões de gênero e etnia, em um simpósio de psicologia política, escolhemos fazer algumas reflexões sobre a abordagem desses temas na produção do conhecimento que teriam, acreditamos, repercussão na mobilização e organização dos movimentos sociais.

Tais reflexões foram motivadas, também, pelas pesquisas que desenvolvemos no Laboratório Grupo (UFMG), em co-autoria com estudantes de pós-graduação e graduação, e com focos diversos: grupos de adolescentes com trajetória de rua, grupos de educação de jovens e adultos, grupos na área da saúde, pesquisa-ação sobre exclusão de crianças negras na escola, grupos de consciência étnica com adolescentes negros, transformações de identidade de estudantes universitários negros e de profissionais negros em ascensão social, a presença da psicologia social nas políticas sociais.

Ou seja, utilizando "grupo" como instrumento, em metodologia intitulada "Oficina em dinâmica de grupo", trabalhamos com a exclusão/inclusão social e com a produção/superação dos estigmas sociais, principalmente nas relações de gênero e de etnia. Nesses grupos, nos deparamos com duas grandes questões: a relação entre cidadania e subjetividade e as formas de intervir nessa relação. Sustentamos, a partir

desses trabalhos, ser necessário, superar as barreiras identitárias construídas pelos movimentos de defesa de direitos, como os relacionados a gênero e etnia, para abrir um diálogo entre os grupos que afirmam suas diferenças, no sentido de melhor vir a esclarecer particularidades e transversalidades.

Não subscrevemos o já conhecido argumento de que, tendo a defesa da identidade dos variados grupos sociais resultado em fragmentação dos movimentos, seria preciso abandonar a identidade como conceito e como bandeira. Pelo contrário, entendemos que é preciso entender a identidade dentro de uma visão dialética, onde a relação entre as diferenças nos levaria a um movimento mais amplo: nem identidades isoladas nem a pretensão de um universalismo que não considere as diferenças, mas a busca de uma transversalidade onde as trocas entre os grupos e movimentos sociais possam esclarecer a sua dialética entre identidade/alteridade e, a partir daí, elementos comuns no contexto sócio-histórico.

### **CIDADANIA E SUBJETIVIDADE**

Tomando por base Touraine (1999) e Santos (1999), vemos que uma conceituação atual de cidadania, como exercício pleno de direitos, exige a articulação com a subjetividade, na medida em que já não se trata apenas de ter acesso a bens e serviços, mas de exercer direitos, dentre eles o de participação social, cultural e política, opinião e identidade cultural.

Como pensa Touraine (1999), "sujeito" é o esforço que o ator social faz para construir autonomia e autoria de sua própria história. Esse esforço precisa ser alcançado e elaborado na realidade cotidiana, mas não se limita a ela. As relações interpessoais e comunitárias, a auto-reflexividade, dentre outros fatores, têm um papel relevante nessa construção. Assim, cada vez mais, o exercício dos direitos requer que o sujeito atue (e possa refletir) com base em suas crenças, alianças e projetos.

No entanto, o desaparecimento da continuidade entre identidade individual e norma social deixa os indivíduos à mercê ora da falta de referências culturais e éticas – desarticuladas que foram pelos princípios individualistas e em cujo vazio se instala ora uma espécie de "ditadura da pulsão" ora de um autoritarismo comunitarista, quando os vínculos que os grupos criam para defender sua identidade cultural se rigidificam e provocam uma estereotipia cultural, inibindo tanto as diferenças internas quanto o movimento de transformação sócio-cultural. Touraine advoga, então, que é necessário proceder a uma reconstrução da experiência afastando-se dessa dissociação e buscando uma nova associação entre a subjetividade e a cidadania.

Também Santos (1999) entende que os movimentos sociais do final das últimas décadas do século XX tiveram um impacto político que ampliou a noção de cidadania e a

articulou à de subjetividade. Na medida em que o cotidiano – como mundo da intersubjetividade – era denunciado por esses movimentos (mulheres, gays, negros, crianças) como a dimensão espaço-temporal da vivência dos excessos de regulação. As denúncias se multiplicam nessa dimensão expondo uma infindável série de estigmas, preconceitos e relações de poder localizadas que dão a impressão de uma fragmentação na esfera social. Para Santos, essa visão fragmentada poderia ser superada pela revisão e expansão da relação entre cidadania e subjetividade no campo da emancipação. Em vez de uma infindável sucessão de poderes locais, fragmentados e isolados, a revisão não apenas da relação cidadão-Estado (e de cada movimento social com o Estado), mas também a do princípio da comunidade e da relação cidadão-cidadão, o que remeteria os movimentos sociais a um campo social mais amplo, em busca de emancipação.

Nos grupos que desenvolvemos, por exemplo, a reflexão sobre questões específicas (da identidade étnica com adolescentes à implicação no tratamento com pacientes obesos) provoca uma questão transversal: os sujeitos são convidados a refletir sobre “quem são” para que possam se situar na trama das relações interpessoais e sociais, buscando tanto elaborar conflitos emocionais e relacionais, vinculados ao “foco” do grupo, quanto se fortalecer para o exercício da cidadania.

A associação entre cidadania e subjetividade, em princípio, parecia tão necessária quanto contraditória. Alguns autores, como Garcia (2002), argumentaram que enquanto a idéia de cidadania se respaldava na idéia de igualdade, a noção de subjetividade, pela referência indubitável à singularidade do desejo, se apoiava na diferença. O cidadão seria aquele definido pela igualdade e o sujeito aquele que se referenciava na diferença. Assim colocada essa questão parecia mais constituir um paradoxo do que propriamente uma contradição. Ora, em nossas pesquisas, começamos a problematizar a questão de uma outra maneira, que leva a outras conclusões.

Tomemos aqui o exemplo de “O Menino Aruanda”, relatado em Abade, Marinho e Afonso (2002). Ronaldo, adolescente, negro e com trajetória de rua, expressou grande rejeição pelo seu sobrenome, de origem africana. Em um dos encontros das nossas “Oficinas de alfabetização”, foi-lhe solicitado que fizesse um esboço de uma carteira de identidade, onde iria desenhar o seu rosto, escrever o seu nome e o dos seus pais, colocar a sua data e local de nascimento. Nossa intenção era a de trabalhar a significação de “identidade” de uma maneira polissêmica, que nos remeteria ao mesmo tempo às marcas identitárias da história de vida do indivíduo e sua inserção social. Ao mesmo tempo, tínhamos material para trabalhar com as habilidades de leitura e escrita.

A atividade causou profunda tristeza em Ronaldo que não queria fazê-la. Conversando com ele, as coordenadoras da Oficina ouviram suas queixas sobre o sobrenome que o marcava. A sofrida história de vida, a marca da origem étnica, a pele

negra sentida como "suja e feia" eram, ao mesmo tempo, feridas narcísicas e estigmas que o olhar do outro revelava e que temia declarar em uma "carteira de identidade". Ele queria ter o nome do esportista Ronaldo Jr. O termo "júnior" provocava uma dupla injunção: mudança de filiação, mudança de identificação e de identidade, inclusive da cor da pele.

"Trabalhando" com Ronaldo, as coordenadoras conversaram sobre as raízes africanas de nossa história, marcas positivas para essa identidade na cultura e na história, tentando associar, na história de Ronaldo, tais referências. Incentivaram-no a desenhar seu rosto de maneira mais afetuosa e a escrever seu nome sem o sentimento de vergonha. Ronaldo fez a sua (carteira de) identidade. Jovem, negro, alto, começou a pensar que poderia ser jogador de basquete e, por várias vezes, se referiu a ele mesmo como Michael Jordan, jogador americano de basquete. Em encontro posterior, em tarefa que implicava uma redação sobre a própria vida, Ronaldo assume seu sobrenome e diz que, quando for jogador de basquete o escreveria em letras grandes na camisa, projeto que lhe dava prazer e que ele percebia como alternativa e opção de vida fora das ruas.

Pensando em Ronaldo Aruanda, podemos pensar que o cidadão é oposto ao sujeito? Ou, ao contrário, o cidadão se apóia no sujeito e vice-versa?

Embora a tensão entre a cidadania e a subjetividade pareça se sustentar pelo duplo avanço no terreno dos direitos sociais e da compreensão da subjetividade, parece-nos que é a relação entre eles que os faz avançar.

Desde a Antigüidade, era o cidadão quem tinha não apenas o direito a ser igual (diante do Estado), mas também o direito à diferença de opinião e querer. O escravo, que não tinha o direito à cidadania, não tinha o direito à igualdade e tampouco o direito à diferença. O escravo não fazia diferença. Os escravos não eram sujeitos - e sim "coisas". Eram absolutamente IGUAIS na desigualdade. Assim, já em seu berço, as idéias de cidadania e de subjetividade eram complementares e articuladas - e não opostas. São opostas apenas quando entendemos o sujeito como indivíduo dentro do individualismo contemporâneo. Mas Ronaldo Aruanda nos mostra que é a cidadania que sustenta a sua possibilidade de ser sujeito e é a sua subjetividade que sustenta a sua luta por cidadania.

O primeiro passo nesse argumento é não confundir desigualdade e diferença. O direito à igualdade pode ser visto como a outra face do direito à diferença. O par igualdade/ diferença esbarra no par desigualdade/homogeneização (ou mesmice). Uma pessoa em condições de desigualdade encontrará dificuldades em fazer valer a sua diferença na sociedade e na cultura.

Essa forma de ver a questão trará conseqüências para a nossa abordagem da autonomia e da identidade dos grupos sociais. Para esse argumento, vou usar um outro exemplo.

Denise Ziviani (2003), desenvolvendo pesquisa-ação (Ver Grundy, 1988 e Hughes, 1996) com um grupo de professoras, em uma escola pública, inicia uma reflexão sobre o estigma que pesa sobre as crianças negras ainda em processo de alfabetização. Na primeira fase de sua pesquisa, identifica, descreve e discute o estigma, junto com as professoras, algumas apresentando resistências, outras desejosas de colaborar. Ziviani descobre que as professoras se mostram mais sensíveis à questão étnica na educação quando também podem falar de si mesmas. Entre brancas e negras, elas querem falar sobre ser mulher. Querem abordar a questão de gênero. A pesquisadora acompanha a reflexão das professoras. Leva materiais, faz Oficinas, busca entender, com elas, a relação entre ser mulher, negra e professora-alfabetizadora de crianças faveladas, negras, meninos e meninas alfabetizando.

“Um-traço-só” não servia para “capturar” o sujeito em movimento, imobiliza-lo em uma identidade. A reflexão se movimentava pelas possibilidades, em uma matriz que ia sendo trabalhada. Ziviani, que inicialmente não pretendia trabalhar com “gênero” em sua pesquisa sobre “etnia”, descobriu que não podia deixar de fazê-lo.

Nesse caso, encontramos não apenas o clamor por igualdade, mas a reafirmação de diferenças, rearranjadas conforme o contexto. Ora as professoras se sentiam iguais como mulheres, ora diferentes como brancas e negras, ora iguais como professoras e ora diferentes por terem origem social distinta, etc. Porém, o fato de que os traços de identificação eram mutáveis não os tornava inócuos, uma vez que era sobre eles que se podia produzir uma reflexão e um movimento de mudança. Alianças e divergências surgiam. Objetivos em comum eram debatidos. O grupo de professoras criou um pacto de auto-reflexão e auto-avaliação sobre a sua prática educativa, um pacto que envolvia uma postura ativa de combate à exclusão das crianças negras, e que finalmente resultou em transformações nas práticas educativas e nas relações educadora-criança.

Ou seja, entre as educadoras, refletir sobre as formas sutis e explícitas de poder nas relações de gênero, colaborou para a compreensão das formas de exclusão étnica no cotidiano escolar. Refletir sobre o poder na forma como era “sofrido”, identificá-lo e caracterizá-lo em uma “instância” facilitou – no contexto de um trabalho orientado – a reflexão sobre outras formas de poder, tanto sofrido quanto exercido.

Afinal, como define Castoriadis (In Pena-Vega e Almeida, 1999), “*chamarei de subjetividade a capacidade de receber o sentido, de fazer algo com ele e de produzir sentido, dar sentido, fazer com que cada vez seja um sentido novo*”, o que envolve ora de maneira articulada ora conflitiva, o social e o psíquico, produzindo reflexividade.

## **IGUALDADE, DIFERENÇA E TRANSVERSALIDADE**

Na história do movimento feminista, podemos identificar, para esta nossa reflexão, dois momentos: o elogio da igualdade e o elogio da diferença. No primeiro, nós nos descobríamos iguais – entre nós e com os homens – diante do Estado e da sociedade, iguais em direitos de cidadania. Estudamos e discutimos como as diferenças pressupostas se baseavam em diferenças de posição social, socialização e poder. Valorizamos a igualdade.

Em um segundo momento, que erroneamente pareceu ser crítico do primeiro, redescobriu-se o valor da diferença, pensada então como diferença sexual e baseada no valor da subjetividade. As mulheres são diferentes dos homens... E com muito prazer! Aliás, também as mulheres eram diferentes entre si. Nem podíamos falar propriamente “na mulher” e sim em “mulheres”, na amplitude e ambivalência do plural. Mas isso não significaria abrir mão dos direitos conquistados com base no clamor da igualdade. O que era, então? A igualdade dos sexos na ordem da cidadania exigia não um retrocesso, mas um avanço: repensar a igualdade da cidadania diante da diferença sexual. A IGUALDADE NA DIFERENÇA tornou-se, então, uma palavra de ordem. E, nela, descobrimos o valor que cada grupo social traz, em sua diferença, para a construção coletiva e histórica da igualdade.

O que a diferença das mulheres trouxe para a história? Na discussão dos direitos, enfocou-se o trabalho, a família, a ciência, e tantos outros territórios sociais. Foi colocada em pauta a violência doméstica e das relações de gênero. Nesse movimento, não apenas as mulheres, mas os homens foram atingidos: mudanças nas relações familiares, nos valores, na sexualidade, etc.

Compreender que as mudanças vividas por um grupo de atores sociais afetam aqueles que estão em relação direta com ele (mulheres e homens; crianças e adultos, etc) não é muito difícil. Mas como as relações de gênero se entrelaçam com as relações étnicas?

A luta dos negros pela cidadania envolve reivindicações de direitos sociais tanto quanto de identidade cultural, resgate histórico, recuperação de linguagens, reflexão estética, entre outras coisas. Mas, podemos nos perguntar, como tem sido incorporada a questão de gênero no movimento? A família negra foi balançada pelas reivindicações políticas de mulheres e crianças?

A cidadania de crianças, adolescentes e idosos, negros e brancos, homens e mulheres, gays e heterossexuais traz, em suas especificidades, novos desafios para se pensar a relação entre cidadania e subjetividade. Cada qual, coloca para o conjunto um aspecto a ser abordado. Nem guetos, nem trocas pontuais e esparsas. Mas um sentido de transversalidade: atravessamento dos elementos diversos na constituição das identidades de cada grupo social.

Essas transversalidades têm um impacto a se viver e a se analisar. Nas subjetividades: o que há de "masculino" nas mulheres e de "feminino" nos homens? Na cultura: o quanto e o que muda quando mudamos as definições sócio-culturais de feminino e masculino? Na história: o que trazem a "diferença feminina" e "a diferença masculina" para a história e para a luta pela cidadania?

Quando pensamos em transversalidade, vemos que a oposição entre a diferença e a igualdade é circunstancial e mutante. Ou seja, é uma falsa oposição, que só nos pareceu oposição porque, em determinado momento, foi uma estratégia política de reivindicação (que não abriu mão dos direitos conquistados). Porém, se não atentarmos para esse caráter transitório, podemos banalizar e desqualificar as conquistas e reproduzir, no seio das lutas por cidadania, os antigos guetos baseados na exclusão social que queríamos implodir.

Ser capaz de enxergar a transversalidade será essencial para se perceber e produzir novos sentidos e projetos no espaço e tempo social que se vê esvaziado de sentidos à medida que se critica e se desfazem antigas práticas e significados nas relações de gênero, etnia, e outras. Vou contar, aqui, mais uma história para levar um pouco adiante esta reflexão.

Rodrigues e Afonso (2001), em pesquisa com universitários negros, analisam a entrevista de Heloísa, que se recorda como rejeitava sua cor quando criança pobre e como teve dificuldades para superar o sentimento de desvalia e, ao mesmo tempo, como, no processo de ascensão social, ao mesmo tempo que conquistava direitos, perdeu suas referências primárias de convívio comunitário e familiar, sentindo-se solitária:

*(...) quando eu era criança eu tinha muita dificuldade de aceitar. Eu não gostava mesmo da minha cor, eu não admitia. Mas agora eu já cresci, já tô mais... É... Tenho mais convicção né? Do que eu sou, que a cor é bonita sim. Mesmo porque né, minha mãe foi conversando, foi explicando pra gente, Aí, hoje, eu tô aceitando melhor. (...) eu acho que quando a gente é criança, não sei se porque a criança é mais espontânea, quando ela não gosta de uma coisa fala, né? Então quando a gente tava brincando: "ah! Você é preta seu cabelo é ruim!" E eu ficava mais chateada com aquilo. Eu não sei se quando a pessoa é adulta ela esconde mais o que ela sente, as pessoas superficialmente te tratam melhor. Eu sinto assim. Agora eu sei lidar melhor com isso, né? Agora eu sei. Se uma pessoa chegar perto de mim e me tratar diferente, eu falo assim: "você tá pensando assim, tá olhando assim, falando isso é porque eu sou negra? Você tá achando*



*diferente eu tá aqui no meio?” Agora eu tenho mais facilidade pra falar isso, mas quando eu era mais nova, eu ficava envergonhada, saia de perto das pessoas. Eu sempre fui muito tímida, eu num conversava com as pessoas, as pessoas num conversavam comigo eu achava que era por causa disso, mas por causa da timidez também. Mas agora quando eu acho que tem uma coisa errada eu falo, entendeu?*

*(...) eu acho que eu tô no meio do caminho aí, né? Porque é muito diferente as coisas que eu presenciei, que eu vi, que eu vivi e as coisas que os meus colegas, as pessoas que estudam comigo viveram. Eu tô no meio do caminho, não consigo me identificar nem com o pessoal lá do bairro nem com o pessoal que eu convivo na escola.(...) É estranho, né? Porque no mesmo momento que o pessoal que cresceu comigo já tem vidas diferentes, modos de ver a vida diferentes, o pessoal da escola também, né? Você fica no meio do caminho e acaba não convivendo com nenhum dos dois, né? Porque é diferente de todo mundo, acaba ficando sozinho, né? Então é difícil”.*

Que “meio de caminho” é esse de que nos fala a entrevistada? As contradições vividas na esfera social, interpessoal e psíquica estão relacionadas. Na busca de novos significados – que ainda estão em construção, que são um campo de significação em aberto – os sujeitos podem se encontrar “desenraizados” e isolados. O indivíduo sofre porque, na medida em que vence a exclusão social, vê-se excluído de seus pares, excluído de seus sistemas de afeto e significação, lançado em um universo novo onde, mais do que procurar (como se já estivessem prontos!) deverá construir novos sentidos.

Existe um conflito psíquico não mais por uma identificação negativa com sua etnia e cor, mas porque a positividade da identificação ainda está sendo construída e, para ela, não há a facilidade de discursos sociais prontos, onde o sujeito possa se referenciar. Esses novos significados deverão surgir da interdiscursividade, do vazio de significação, do inesperado e do inacabado da história. Quanto ao sujeito, em seu desejo de identificação, deverá percorrer esse caminho, que ainda não está demarcado, na inevitável forma de uma “errância”: errância do desejo, errância da significação e das relações. Isto é, experimentando, re-descobrimo ou inventando sentidos na história.

É exatamente para essa “errância” que a transversalidade das diferenças vem trazer possibilidades e alívio. É na multiplicidade dos espelhos fornecidos (crianças, adolescentes, idosos, mulheres, negros, etc.) que, na falta de referências dadas, conseguiremos construir novas referências.

A dialética das relações de poder, que se convertem em dominação, tem existência triádica: é social – em torno do jogo de interesses e negociações; é

intersubjetiva – nos diferentes âmbitos de relações; e é subjetiva, psíquica – em torno da dialética do desejo de si e do desejo de outrem. Quando Ronaldo Aruanda rompe com a identificação negativa com o seu nome, busca, em sua “potencialização”, o poder de transformar uma relação de dominação, ainda que em um primeiro momento, apenas em um âmbito emocional e intersubjetivo. Procura um sentido novo, romper uma dominação fora e dentro de si. Ao fazê-lo terá de se haver com a violência, não apenas com a violência de um pacto social injusto e excludente, mas com a violência interiorizada sobre si e sobre o outro. É contra essa violência que se produz uma reflexividade capaz de produzir não apenas uma crítica à sociedade, mas também novas formas de solidariedade.

Assim, é preciso lembrar que, se novos arranjos sociais podem trazer maior conciliação entre subjetividade e cidadania, através da análise das transversalidades, nenhum pacto social resolverá de vez a questão dessa violência, de onde é preciso sempre escolher as formas dialógicas e democráticas para manter abertos os caminhos da identificação, diferenciação e negociação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADE, F. L.; MARINHO, C. C. .F.; AFONSO, L. **Oficina de alfabetização de adolescentes:** uma proposta emancipatória de intervenção. Relatório de pesquisa, LabGrupo, Departamento de Psicologia/UFMG, 2002.

CASTORIADIS, C. Para si e subjetividade. In: PENA-VEGA, A.; ALMEIDA, E. P. (Orgs). **O pensar complexo:** Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 1999, p. 35-46.

GRUNDY, S. Three Modes Of Action Research. In: KEMMIS, S.; MCTAGGERT, R. *The Action Research Reader*. Geelong: Deakin University Press, 1988.

HUGHES, I. **The History of Action Research:** Philosophical Foundations. The University of Sydney, Australia, 1996. Disponível em < i.hughes@cchs.su.edu.au>. Acesso em 20 de out. 2002.

RODRIGUES, C. dos S.; AFONSO, L. **Identidade étnica e ascensão social:** um estudo com estudantes universitários negros. Relatório de Iniciação Científica, FAPEMIG, Departamento de Psicologia da UFMG, Belo Horizonte, 2001.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos? iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.

ZIVIANI, D. C. das G. **À flor da pele**: a alfabetização das crianças negras entre o estigma e a transformação. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia, UFMG, 2003.

### **CONTATO**

Maria Lúcia M. Afonso

Endereço Eletrônico: [luafonso@yahoo.com](mailto:luafonso@yahoo.com)

**CATEGORIA:** Relato de Pesquisa

Recebido em 06 de jun 2006

Aprovado em 26 de jun 2006